

Representação da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional no CNPq

O fato de sermos eleitos pela comunidade científica os primeiros representantes das áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) transfere-nos grande honra e responsabilidade para a execução das tarefas de representação junto a esse órgão. Entendemos que demonstramos melhor nosso agradecimento por esse apoio se tornarmos nossas ações transparentes. Assim, gostaríamos de relatar parte de nossas experiências nestes primeiros meses de representação, não apenas para tornar algumas informações acessíveis, mas também para fornecer subsídios para que nossa comunidade possa usufruir mais dos auxílios oferecidos por essa agência de fomento.

A evolução do apoio à pesquisa nas áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no CNPq foi bastante expressiva nos últimos dez anos para verbas destinadas a bolsas e fomento¹. No entanto, quando observamos o crescimento da comunidade no mesmo período, verificamos que, em termos de pesquisadores fisioterapeutas com doutorado no sistema, houve um aumento de 700% e, entre os terapeutas ocupacionais, o número de doutores aumentou 350%². Em outras palavras, conquistamos o apoio recebido com trabalho e organização, demonstrados pelo aumento de nossa demanda qualificada, e com ações de membros da comunidade junto ao próprio órgão, para a conquista de maiores montantes de verbas, bolsas e da própria representação – que era inexistente formalmente há quatro anos.

Observamos também que o número de oportunidades oferecidas pelo CNPq para captação de recursos, por meio de um número maior e mais variado de tipos de editais, aumentou nos últimos anos, sendo que a área da saúde foi particularmente bem aquinhoadada. Exemplos disso são os editais em áreas básicas, como Saúde Pública e Geriatria, e o Edital Universal extra, que foi aberto por três anos consecutivos (2006 e 2008).

Paralelamente ao aumento de oportunidades, realizamos um trabalho sistemático para obtenção de maior percentual de verba e bolsas por meio de nosso comitê. Essa atividade teve início com a atuação do professor Dirceu Costa, em suas participações como suplente quando ainda não tínhamos representação formal, perseverou com a professora Armèle D. Andrade, em período precedente ao nosso, e segue conosco, nesta atual gestão.

Neste período, utilizamos como meios para obter a atenção do órgão para nossas áreas uma visita ao presidente do CNPq, ocorrida em setembro de 2007, em Ribeirão Preto; o envio de cartas à presidência (20/12/07, 11/1/08, 22/2/08, 25/2/08 e 20/3/08); e a confecção detalhada de relatórios efetuados sobre os editais julgados em 2007,

¹CNPq/AET, Tabelas 1.4.1, 1.4.2, 1.4.4, 2008.

²Dados provenientes de acompanhamento pessoal do sistema nos últimos anos.

empregando dados objetivos sobre nosso crescimento e demanda. Essa atuação explica, pelo menos em parte, o crescimento de 50% no número de bolsas de produtividade em pesquisa obtido no último julgamento em novembro de 2007.

No entanto, entendemos que é necessário perseverarmos nesta batalha para contarmos com o apoio deste órgão mais dirigido para as nossas áreas – batalha esta que deve ser travada por nós, no comitê, e pela comunidade, sobretudo por meio da apresentação de propostas qualificadas, do preenchimento correto dos currículos Lattes e da elaboração de pareceres justos e coerentes como contribuição à avaliação de projetos.

No que tange à avaliação das propostas apresentadas que, em parte, são julgadas pelo nosso comitê, parece pertinente relatar como é computada a pontuação geral para classificação das solicitações. Dentre outros documentos não pontuados, cada proposta é usualmente composta por um projeto e pelo currículo Lattes, com as informações “congeladas” pelo CNPq antes do julgamento. O currículo dos solicitantes é pontuado pelos membros do comitê, aplicando-se rigorosamente os critérios divulgados na página do CNPq. O projeto é avaliado também pelo comitê, que considera em sua análise os pareceres emitidos pelos consultores *ad hoc*. As avaliações do currículo e do projeto compõem a pontuação final, que irá permitir a classificação, por ordem decrescente de nota, de todos os participantes naquele edital. Os primeiros classificados são contemplados com os recursos e bolsas disponíveis. Para algumas chamadas, como para o Edital Universal por exemplo, existe o requisito de que um percentual do montante total (no último foi 30%) seja destinado a regiões em que a capacidade de pesquisa esteja menos consolidada (naquele caso, foram as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Para essas regiões, as propostas são também avaliadas por mérito, adotando-se o procedimento já descrito.

No que diz respeito à avaliação dos projetos por assessores *ad hoc*, gostaríamos de agradecer todo o trabalho que os bolsistas de produtividade em pesquisa realizam na emissão de pareceres. Reconhecemos que esse é um trabalho imenso, pois só no segundo semestre de 2007, 161 propostas foram julgadas nos Editais Produtividade e Universal – tivemos 50 solicitações para o primeiro e 111 para o segundo. Considerando que apenas os bolsistas produtividade podem emitir parecer para esses editais e que cada processo precisa de dois pareceristas, registramos a emissão de 322 pareceres por 29 bolsistas (11,1 processos para cada um, em média). Por esse motivo, nem sempre é possível respeitar a área de conhecimento de cada um, assim como não é possível que bolsistas em julgamento (no mesmo edital) possam ser dispensados de julgar as solicitações de colegas. Essa sobrecarga foi registrada em nosso Relatório Final ao CNPq, como mais uma justificativa para solicitarmos o aumento de bolsas.

Apesar de sabermos que a realização desse trabalho é uma obrigação nossa como bolsistas (bolsistas faltosos podem ter o pagamento da bolsa do mês seguinte ao julgamento suspenso), reconhecemos também que essa atividade é muito mais que uma simples obrigação: a avaliação por pares dá legitimidade ao processo de julgamento. Um parecer atento, coerente, isento e construtivo é tarefa imprescindível para dar precisão e justeza à análise das solicitações. Um aspecto positivo a ressaltar é que os pareceres dos projetos estiveram, em grande parte, concordantes entre si, o que sugere uma leitura similar entre os dois pareceristas do processo e aumenta a segurança no momento da emissão do parecer final. No entanto, registramos ainda alguns casos em que um parecerista avalia o projeto como excelente e o outro, como médio ou fraco, assim como casos em que todos os itens do projeto são considerados ótimos ou bons, mas a avaliação final é média ou fraca. Enfim, progressivamente, vamos evoluindo.

Gostaríamos também de comunicar algumas dificuldades que tivemos durante a análise dos currículos Lattes, recomendando que todos façam uma revisão cuidadosa das informações apresentadas, para evitar prejuízos em análises de solicitações futuras. Acreditamos que as observações apresentadas a seguir vão trazer clareza ao processo de análise de currículos. Os principais problemas encontrados, isto é, mais frequentes, mas não exclusivos, foram referentes a:

- publicações de artigos:
 - duplicação de artigo: um artigo não deve aparecer mais de uma vez no Lattes do pesquisador. As repetições prejudicam a análise do currículo;

- listagem de outros trabalhos que não são artigos científicos completos: não devem ser listados como artigos completos publicações de uma ou duas páginas ou artigos não científicos, tais como cartas, editoriais etc.;
- listagem de artigos que ainda não foram efetivamente publicados: listar apenas aqueles artigos publicados, que tenham página inicial e final. Artigos submetidos, em revisão, no prelo etc., não devem ser listados. A única exceção são artigos disponibilizados on-line, desde que haja um link claro (ou DOI) para que o mesmo possa ser acessado e verificado facilmente. A exemplo de outras áreas, poderá ser efetuada uma busca virtual dos artigos completos listados, por amostragem, para checagem em cada edital;
- livros e capítulos: apenas são considerados os livros e capítulos com descrição de ISBN e número de páginas;
- orientações: não duplicar o relato de orientações (listar apenas um único aluno por orientação de Iniciação Científica (IC), mesmo quando o aluno tenha recebido bolsa por mais de um ano; apenas devem ser listados como mestrados e doutorados concluídos aqueles que, efetivamente, foram concluídos (com data de conclusão); apenas devem ser listados aqueles mestrados e doutorados orientados em programas *stricto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); IC são orientações em que o aluno obteve bolsa de pesquisa; trabalhos de extensão ou trabalhos de conclusão de curso não podem ser listados como IC.

Finalmente, desejamos reconhecer a resposta que tivemos da comunidade, expressa pela submissão de muitas propostas qualificadas, o que irá contribuir para impulsionar a produção do conhecimento em nossa área em futuro próximo. Por meio de ações concretas da comunidade e do comitê, acreditamos que alcançaremos maior atenção e apoio do CNPq para as áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, para melhor consolidarmos nossa pesquisa e nossos programas de pós-graduação, capacitarmos pessoal qualificado em nível de graduação e pós-graduação e, conseqüentemente, fortalecermos nossa atuação profissional.

Helenice Jane Cote Gil Coury

Representante das Áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no CNPq

Marisa Cotta Mancini

Representante Suplente das Áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no CNPq